

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONSTITUIÇÃO DE VÍNCULO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO

REFERÊNCIA 35 – TÉCNICO SUPERIOR

ATA N.º 01

---- Aos dezoito dias de abril de dois mil e vinte e quatro, reuniu o júri a seguir identificado, designado para o procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento de 2 postos de trabalho, da carreira de Técnico Superior, do Mapa de Pessoal do Município da Maia, aprovado pela Câmara Municipal em reunião realizada a 18 de março de 2024, constituído por: -----

---- **Presidente:** Juan Miguel Vieira Couto, Chefe da Divisão de Fomento Desportivo e Juventude. -----

---- **Vogais efetivos:** Susana Paula Ribeiro Soares, Chefe da Divisão dos Recursos Humanos, que substitui o presidente nas suas ausências e impedimentos e António Paulo dos Santos Queirós, Chefe da Divisão de Gestão de Equipamentos Desportivos. -----

---- A presente reunião teve como objetivo fixar os parâmetros de avaliação, a ponderação e o sistema de valoração final dos métodos de seleção a aplicar no presente procedimento, para a ocupação dos postos de trabalho identificados em epígrafe, com a seguinte caracterização: Planificar e executar projetos e eventos que promovam o desenvolvimento desportivo municipal, em parceria com coletividades, grupos desportivos e recreativos locais, e outras entidades desportivas, públicas e/ou privadas; Colaborar no desenvolvimento de iniciativas que incentivem a prática regular de atividades físicas para todos os segmentos da comunidade; Gerir instalações desportivas, serviços, atividades e eventos desportivos; Contribuir para a melhoria da oferta desportiva local, dos equipamentos desportivos municipais e da atividade desportiva municipal; Elaborar documentos essenciais ao funcionamento das Unidades Orgânicas DFDJ e DGED, como estudos, regulamentos, relatórios, pareceres e respostas, entre outros; Representar o Município em situações pertinentes e colaborar com outros serviços e atividades municipais; Desenvolver uma visão estratégica, critica e especializada para avaliar e contribuir para as decisões políticas do executivo municipal; Apoiar o associativismo desportivo, fiscalizando e controlando os apoios e os processos de concessão de benefícios públicos, entre outras responsabilidades; Acompanhar e melhorar o software de gestão desportiva GRID e a sua App; Serviços na área de coordenação e gestão das atividades de atletismo e alto rendimento; Planeamento das atividades na Pista Municipal de Atletismo e Estádio Municipal da Maia, bem como os

serviços nelas prestados, tanto na esfera da Divisão de Fomento Desportivo e Juventude como da Divisão de Gestão de Equipamentos Desportivos; Promover e executar o Plano Estratégico das modalidades de Alto Rendimento; Plano de segurança e contingência, sua implementação e monotorização, na Pista de Atletismo e Estádio Municipal da Maia. -----

----- Nestes termos, o júri deliberou por unanimidade, o seguinte: -----

----- **PRIMEIRO – Métodos de Seleção e utilização faseada:** -----

Nos termos do art.º 17.º e 18.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, doravante designada Portaria, conjugado com o art.º 36.º da LTFP, serão aplicados os métodos de seleção: Prova de Conhecimentos ou Avaliação Curricular, Avaliação Psicológica e Entrevista de Avaliação de Competências, nos seguintes termos: -----

- a) **Avaliação Curricular (AC), Entrevista de Avaliação de Competências (EAC),** complementados com o método de seleção **Avaliação Psicológica (AP)** – para os candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como no recrutamento de candidatos em situação de requalificação, que, imediatamente antes, tenha desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade. Estes candidatos podem optar, mediante declaração escrita, pela realização da Prova de Conhecimentos em substituição da Avaliação Curricular, conforme o disposto no n.º 3 do art.º 36.º da LTFP; -----
- b) **Prova de Conhecimentos (PC) e Avaliação Psicológica (AP),** complementados com o método de seleção **Entrevista de Avaliação de Competências** – para os restantes candidatos; -----

---- Ao abrigo do disposto no art.º 21.º da Portaria todos os métodos de seleção, bem como todas as suas fases, têm caráter eliminatório, pelo que serão excluídos os candidatos que obtenham uma valoração inferior a 9,50 valores em qualquer um dos métodos, um juízo de Não Apto num dos métodos de seleção ou numa das suas fases, bem como os que não compareçam a qualquer um dos métodos de seleção. -----

---- Se o número de candidatos for igual ou superior a cem, o segundo método e métodos seguintes serão aplicados num primeiro momento apenas aos primeiros trinta candidatos ordenados por ordem decrescente da classificação do primeiro método, respeitando as prioridades legais da situação jurídico-funcional. -----

---- Se o número de candidatos aprovados na primeira tranche for suficiente para suprir as necessidades, o Júri elabora a lista de ordenação final e submeta-a a homologação do Presidente da Câmara Municipal ou Vereador com competências delegadas. Neste caso, os demais candidatos ficam dispensados da aplicação dos métodos seguintes ao primeiro,

sem prejuízo de, durante o prazo de vigência do procedimento poderem ser chamados pelo Júri para realização desses métodos, na mesma metodologia, sendo elaborada e sujeita a homologação nova lista de ordenação final.

---- **SEGUNDO - Provas de Conhecimentos**

---- Destina-se a avaliar as competências técnicas necessárias ao exercício da função, bem como o domínio da língua portuguesa. A prova é escrita, individual, com possibilidade de consulta da legislação indicada no presente aviso, efetuada em suporte digital, e pode conter casos práticos, questões de desenvolvimento, de escolha múltipla e ou diretas. A duração será de entre 1h30 a 2h30 horas, podendo ser fixada tolerância pelo Júri. O resultado será expresso numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas. A prova versará sobre a seguinte legislação, nas suas versões atualizadas à data da realização, bibliografia ou temáticas:

- Carta ética - Dez princípios éticos da Administração Pública;
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual – Regime jurídico das autarquias locais;
- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- Lei n.º 7/2009, na redação atual - Código do trabalho (CT), na parte aplicável aos trabalhadores em funções públicas;
- Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro de 2007, na redação atual - Sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração pública;
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua redação atual – Aprova o novo Código do Procedimento Administrativo;
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual – Aprova o Código dos Contratos Públicos;
- Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, na sua redação atual – Aprova a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto;
- Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, na sua redação atual – Estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público;
- Decreto-Lei n.º 32/2011, de 7 de março - Regime jurídico de acesso e de exercício da atividade de organização de campos de férias;
- Decreto regulamentar n.º 10/2001, de 7 de Junho - Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Estádios;
- Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual – Estabelece o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo;

- Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo e Projetos Desportivos da Maia, publicado na 2.ª série do Diário da República a 11 de dezembro de 2020 e aprovado na Reunião da Assembleia Municipal de 29 de julho de 2021;
- Livro branco sobre o desporto - apresentado pela Comissão das Comunidades Europeias a 11 de julho de 2007 [COM (2007) 391];
- Código de Ética Desportiva, disponível em <https://pned.ipdj.gov.pt/codigo-de-etica-desportiva>;
- Lei n.º 39/2009, de 30 julho, na sua redação atual - Regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança - Secção IV;
- Decreto-Lei n.º 23/2014, de 14 de fevereiro, na sua redação atual - Aprova o regime de funcionamento dos espetáculos de natureza artística e de instalação e fiscalização dos recintos fixos destinados à sua realização bem como o regime de classificação de espetáculos de natureza artística e de divertimentos públicos;
- Decreto regulamentar n.º 34/95, de 16 de dezembro, na sua redação atual - Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança dos Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos;
- Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação atual - Regulamento Geral do Ruído – RGR;
- Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, na sua redação atual - Aprova o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.

--- TERCEIRO – Avaliação Curricular

---- Visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a formação profissional, a experiência profissional e a avaliação de desempenho. -----

---- Parâmetros a avaliar: Cada parâmetro é avaliado em função da duração ou número de ocorrências. Aos parâmetros são atribuídas as seguintes pontuações: Licenciatura – 160 pts por ano letivo; Mestrado – 320 pts; Doutoramento – 480 pts; Especialização, pós-graduação, master business administration, => 80h, – 240 pts; Formação executiva =>50h – 180 pts; Curso específico de direção na administração pública – 180 pts; Seminário específico de direção na administração pública – 30 pts; Ação de formação => 80h – 30 pts; Ação de formação < 80h – 15 pts; Workshops, seminários, congressos e similares – 6 pts; Cargo dirigente ou equiparados – 20 pts por ano; Assessoria ou liderança de equipas – 20 pts por ano; Funções de complexidade três – 20 pts por ano; Funções de complexidade dois - 3 pts por ano; Funções de complexidade um – 3 pts por ano; Liderança ou gestão de

projetos organizacionais relevantes – 60 pts por unidade; Atividades privadas relevantes – 6 pts por atividade; Publicações, distinções e missões – 60 pts por unidade; Outras atividades relevantes – 15 pts por atividade.

O resultado de cada parâmetro é obtido mediante a aplicação dos coeficientes 0; 1; 1,5; 2 ou 2,5 ao número de pontos, conforme o parâmetro se afigure de nenhuma, baixa, média, elevada ou total correspondência com a atividade a desenvolver no posto de trabalho. Cada 150 correspondem a 0,25 valores na escala de 0 a 20, e a classificação final é obtida através da correspondência entre a tabela de pontos e esta escala.

--- QUARTO - Avaliação Psicológica

--- Visa avaliar aptidões, características de personalidade e ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências previamente definido, podendo comportar uma ou mais fases. Este método será composto pela aplicação de vários instrumentos/técnicas de avaliação psicológica e, por cada candidato submetido a este método de seleção, será elaborado um relatório individual, o resultado final obtido será avaliado através das menções classificativas de Apto e Não Apto.

--- QUINTO - Entrevista de Avaliação de Competências

---Com uma duração de entre quinze a trinta minutos, visa a obtenção de informação sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências essenciais para o exercício da função, designadamente, conhecimentos específicos, domínio de ferramentas informáticas ao nível de utilizador, motivação para o trabalho, capacidade de escuta, comunicação verbal e não verbal, compromisso com o serviço público, tolerância à pressão, iniciativa, autonomia, otimização de recursos e sentido crítico. Será classificada numa escala de 0 a 20 valores, arredondada às centésimas, resultante da média simples da valoração dos fatores a avaliar.

--- SEXTO - Ordenação Final

--- Terminada a aplicação dos métodos de seleção, os candidatos que os concluírem com sucesso serão ordenados por ordem decrescente da classificação final (CF) obtida pela aplicação da fórmula seguinte, sem prejuízo das prioridades de recrutamento legalmente estabelecidas:

$$CF = (PC \text{ ou } AC \times 0,70) + (EAC \times 0,30)^1$$

¹ Legenda: CF- Classificação Final; PC- Prova de Conhecimentos; AC- Avaliação Curricular; EAC- Entrevista de Avaliação de Competências

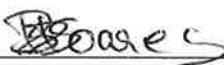
---- Nada mais havendo a tratar, deram por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente Ata, que por todos vai ser assinada. -----

O Presidente do Júri,

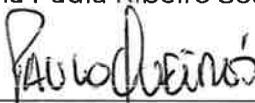


(Juan Miguel Vieira Couto)

Os Vogais,



(Susana Paula Ribeiro Soares)



(António Paulo dos Santos Queirós)